

DANILO DUARTE LENCIONI

**INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS
BRASILEIRAS NA AMÉRICA LATINA**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Relações internacionais
pela Universidade de Brasília.**

Universidade de Brasília

**BRASÍLIA
2012**

DANILO DUARTE LENCIONI

**INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS
BRASILEIRAS NA AMÉRICA LATINA**

RESUMO

A internacionalização de empresas é um movimento praticado há muito tempo por países desenvolvidos e que está sendo trilhado pelos países emergentes há pouco mais de 20 anos. Há pouca literatura acadêmica sobre o tema, que vem surgindo como um fator essencial para o desenvolvimento nacional dos países emergentes. Neste artigo, buscou-se evidenciar os fatores políticos e econômicos que favorecem ou tornam impraticável o investimento em outro país, neste caso o país escolhido é a Argentina, por se tratar do principal parceiro político e econômico do Brasil na América Latina.

ABSTRACT

Internationalization is a movement played for long years by developed countries and is being trodden by emerging countries for over twenty years. There is a few academic literature on the subject, which is becoming an essential factor for national development on emerging economies. This article intends to evidence politic and economic factors that make favorable or impractical the investment on other country, in this case the chosen country is Argentina, due to the fact it is Brazil's main partner on politics and economic issues in Latin America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
INSTABILIDADE POLÍTICA BRASILEIRA E ARGENTINA E SUA PROJEÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL	06
INÍCIO DAS CONVERSÇÕES PARA CRIAÇÃO DE UM ESTADO LOGÍSTICO NA AMÉRICA LATINA	12
INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS	16
CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

INTRODUÇÃO

O tema sobre a internacionalização de empresas brasileiras na América Latina foi escolhido para análise por possuir relevância devido ao fato do Brasil e a América Latina possuírem um emergente papel no atual cenário internacional. Acerca deste tema é possível explorar a questão da instabilidade política nos países latinos, a falta de investimentos dos governos em infraestrutura de integração das fronteiras, como estradas, pontes, portos e aeroportos que dificulta a abertura de empresas e o fato das empresas brasileiras serem consideradas entrantes tardios, ou *late-movers*, no mercado internacional.

O que se pretende responder através desta análise são os motivos, principalmente políticos e culturais, presentes na história recente da formação e consolidação político-econômica da América Latina, que acabam de certa maneira criando entraves para o processo de integração dos países e da maior participação e atuação em bloco de seus líderes no cenário internacional. Faz-se necessário entender o porquê de algumas decisões serem tomadas individualmente por países latinos, que são muitas vezes divergentes dos propósitos da região – de acordo com a segunda imagem de Waltz (2004) onde as ações são tomadas por regimes estatais domésticos –, sem se pensar na tomada de decisão em bloco de maneira a favorecer autonomia e maior visibilidade para a América Latina – terceira imagem que trata do sistema internacional (WALTZ, 2004).

A instabilidade política provoca o desinteresse de investidores em geral e aumentam as desconfianças dos próprios países latinos em investir no seu vizinho por receio de não obter o seu apoio quando necessário ou mesmo de mudar as políticas adotadas sem qualquer consideração pelos acordos firmados ou pactos. Sem os incentivos necessários os países e suas empresas tendem a se desinteressar em investir ousadamente em infraestrutura e de ligar o seu país aos países vizinhos através de pontos de acessos mais rápidos, seguros e eficientes que lhes poderiam proporcionar mais negócios e abertura de novos mercados na região. E, por último, o movimento de internacionalização das empresas brasileiras ser muito tardio, se comparado aos

demais países conhecidos como *players* globais, o Brasil teve a sua primeira empresa internacional somente na década de 70, enquanto países como Índia e China possuem know-how no comércio exterior desde o início do século XX.

INSTABILIDADE POLÍTICA BRASILEIRA E ARGENTINA E SUA PROJEÇÃO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

A política de comércio exterior brasileira sempre sofreu oscilações desde a época da monarquia, quando Dom Pedro II lutava contra a pressão do imperialismo da Grã-Bretanha e de outros países capitalistas para a expansão do livre comércio, o que fez aflorar na política brasileira o protecionismo existente nos dias atuais. Entretanto havia, desde 1840, na política a “percepção macroeconômica que condiciona as estruturas econômicas – mantendo-as arcaicas, primárias, agrícolas ou desencadeando a modernização industrial” (CERVO, 1997). Assim, ao longo do tempo a política de comércio exterior tem oscilado para o protecionismo, aumentando as taxas de importação e também a formalização de tratados bilaterais contendo a cláusula da nação mais favorecida, e o livre comércio, reivindicado pelos interesses da agroexportação.

Na década de 30, com a crise dos preços e a depressão capitalista no cenário internacional e a nova visão política brasileira voltada à promoção do crescimento das indústrias nacionais torna “indispensável relançar o comércio exterior para alcançar resultados de modernização interna” (CERVO, 1997), fazendo com que o Brasil aumente o número de tratados, através do comércio compensado, tornando a Alemanha o seu maior parceiro em 1938 – posição ocupada sempre pelos Estados Unidos. Desta maneira, a diplomacia brasileira ganha novo poder de barganha para negociação junto aos Estados Unidos, de acordo com Cervo (1997):

Essas circunstâncias permitiram ao país excelentes resultados junto aos Estados Unidos em termos de créditos para exportações, condições especiais de entrada e financiamentos para a indústria nacional, de que foi maior exemplo a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.

De acordo com o mesmo autor, a lição que se pode tirar deste período é a de que “não convinha uma diretriz permanente mas sim operar em jogo escondido”, de acordo com o então Presidente Vargas caberia ao país se manter em constante atividade e vigilância para assim defender os interesses nacionais.

O Governo Gaspar Dutra trilhou pelo mesmo caminho, inicialmente apoiou a política liberal dos Estados Unidos com o intuito de atrair maiores investimentos para o país através do liberalismo, o que fez o Governo moldar os regimes tarifários e cambial, o que todavia não ocorreu e o déficit da balança comercial brasileira aumentou. Em 1947, implantou um sistema de controle de importações para controlar o déficit e um novo regime de câmbio com licença prévia, mecanismos que serviriam posteriormente para “acionar o Nacional-desenvolvimentismo consoante o modelo de substituição de importações” (CERVO, 1997). Em 1951, com o retorno de Vargas ao poder o Brasil atribui à sua política externa o nacionalismo econômico, mantendo a parceria com os Estados Unidos e cedendo a certas pressões, sempre buscando a cooperação para o desenvolvimento.

Já em 1958, após o anúncio da criação do Mercado Comum Europeu, o então Presidente Juscelino Kubitschek iniciou a Operação Pan-Americana (OPA) trazendo o foco da política exterior brasileira para a América Latina para realização de projetos de desenvolvimento, marcando assim o início do multilateralismo regional. Neste momento tomava forma o modelo cepalino para substituição de importações, este modelo vigorou até o fim da década de oitenta. Nas três décadas, de sessenta a noventa, outras formas de cooperação regional surgiram na América Latina, como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), todavia ao longo do tempo esta associação passou a ter conotação mais política do que comercial. Entretanto no âmbito da cooperação regional, o Brasil obteve êxito apenas na negociação em Itaipu com o Paraguai.

Enquanto isso, a Argentina lograva êxitos com sua política externa entre os anos de 1860 a 1930, mantendo um forte vínculo com a Europa (através do seu maior aliado, a Grã-Bretanha) permitindo assim uma integração do país na economia mundial, na

qualidade de produtor e exportador de matérias-primas e a alimentos. Na relação com os Estados Unidos, fazia oposição devido ao fato de não lhes oferecerem garantias para entrada naquele mercado por conta das barreiras protecionistas praticadas no norte, somado ao fato do interesse americano em tornar a América Latina uma possível área hegemônica, chocando-se com as aspirações políticas argentinas. Outro fato a se levar em consideração, foi o isolamento praticado pela Argentina na América Latina, derivado da ausência de vínculo comercial com a região e recusas sistemáticas de estabelecimento de associações com os países latinos, em especial o Brasil que enxergava como rival geopolítico, temendo sua expansão territorial e o desequilíbrio de poder. Assim, a Argentina buscou criar, a partir de 1870 com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, a sua própria zona de influência buscando aliados no Cone Sul e o desenvolvimento de uma carreira armamentista, aumentando a rivalidade bilateral com o Brasil (RUSSELL e TOKATLIAN, 2004).

Devido às mudanças na política e economia mundial após a Primeira Guerra, a Grã-Bretanha já não poderia mais manter os investimentos na Argentina voltados para a industrialização do país, como o fornecimento de capitais, bens e equipamentos necessários às estratégias de desenvolvimento. Coube então aos Estados Unidos este papel de fomentar o país, porém não houve condições para criação de vínculo para equivalência funcional com o modelo adotado pelo primeiro país. Desta maneira, desencadeou-se na Argentina um amplo debate sobre as alianças, ou seja, retomar o contato e aproximação com a Europa, ajustar a política externa segundo os interesses dos Estados Unidos ou ainda reconhecer a condição de país subdesenvolvido e a comunidade de origem traçando cooperações na América Latina, e em especial com o Brasil. Optando pela neutralidade política a Argentina via o Brasil cada vez mais alinhado com os Estados Unidos, temendo a entrada e a influência hegemônica que poderia ser criada na região. Com o final da Segunda Guerra, a Argentina substituiu definitivamente sua relação especial com a Grã-Bretanha e através de Perón buscou alinhar-se com os Estados Unidos buscando um modelo que satisfizesse seus interesses econômicos, mas sem renunciar seus objetivos de soberania política e independência econômica (RUSSELL e TOKATLIAN, 2004). Segundo o mesmo

autor o enfoque de Perón na sua relação com os Estados Unidos era baseada em cinco elementos básicos:

o pertencimento cultural da Argentina ao Ocidente; o alinhamento do país aos Estados Unidos em caso de conflito bélico com a União Soviética; o não-alinhamento com os interesses estratégicos, políticos e econômicos estadunidenses devido a diferenças verdadeiras de interesses e enfoques entre os dois países, considerando sua desigual posição relativa no sistema internacional; a definição de uma agenda bilateral e regional com nítidas hierarquias temáticas, em que as questões econômicas ocupavam o primeiro lugar, acima inclusive das de segurança; e, finalmente, a oposição à intervenção norte-americana nos assuntos internos dos países da região.

A Argentina de Perón, apesar de muito bem sucedida nas eleições democráticas em 1945 não “recolhia simpatias” de todo o meio político brasileiro. Por um lado diplomatas brasileiros residentes na Argentina viam a convergência de ideais e políticas de cooperação entre os países, como o trânsito de fronteira, o comércio bilateral e o aproveitamento hidrelétrico conjunto das quedas do Iguaçu. Em contrapartida, outros diplomatas acusavam Perón de exercer políticas totalitárias e voltadas para o fascismo e o nacional-socialismo com doutrinas próximas do comunismo, denominando o regime de peronismo. Segundo Cervo (2001, p. 157), é possível concluir que a relação com a Argentina durante o governo Dutra alimentava certa repulsa à ideia de integração regional, menor esforço de cooperação para aumentar a presença argentina no Cone Sul e apoio à “boa inserção da Argentina na comunidade pan-americana, sem melindrar o governo dos Estados Unidos”. Já Perón buscava a cooperação bilateral e a ideia de criar um bloco na América Latina para promover o desenvolvimento da região e a resistência ao domínio econômico e político norte-americano.

Em 1950, Perón aproximou sua política aos interesses norte-americanos, ao evidenciar o interesse ao combate coletivo ao comunismo. E passou a ver o Brasil, neste momento governado por Vargas novamente, como aliado e busca novas maneiras de integração e cooperação na região, todavia o governo brasileiro se manteve reticente e cético quanto às aspirações argentinas (CERVO, 2001). Ao final da década de 50 os dois países iniciaram uma aproximação, porém sem êxito devido à política interna divergente praticada nos países. Na década de 60 a distância entre

Brasil e Argentina aumentou, pois o Brasil crescia em sua importância política e econômica na América do Sul, aumentando assim a rivalidade a partir de duas vertentes: a geopolítica, acentuando o desequilíbrio de poder, somado ao “milagre brasileiro”, e a teoria da dependência, destacando o perigo do “subimperialismo brasileiro” na Bacia do Prata e a ligação entre o Brasil e os Estados Unidos. Somente no final de década de 70 é que as desconfianças argentinas se reduziram em relação ao Brasil, através do acordo para a construção de Itaipu, envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai. No ano de 1980, os dois países também assinaram outro acordo de cooperação para o desenvolvimento e aplicação de fins pacíficos da energia nuclear (RUSSELL e TOKATLIAN, 2004).

Ambos os autores exaltam as iniciativas argentinas para a criação de um novo modelo democrático ao final da década de 80 e a união das forças dos países latinos no sistema internacional, através do alinhamento de suas políticas externas e junção dos poderes no âmbito internacional. De acordo com Cervo (1997) o momento nunca fora tão propício para ambos os países se alinharem e iniciarem as conversações sobre uma verdadeira integração na América Latina:

Com efeito, esse novo processo era claramente visto como uma saída para o impasse do multilateralismo e das tentativas anteriores de integração latino-americanas. Brasil e Argentina dispunham-se a elevar substancialmente o volume do comércio, a deslanchar a cooperação econômica, mormente a complementação industrial, e a desenvolver conjuntamente tecnologias em setores estratégicos da economia

O início da década de 90 no Brasil fora marcado pelo fim do pensamento nacional-desenvolvimentista mantido durante 30 anos, período em que o governo sofrera o golpe militar, optando pelo neoliberalismo e ansiando pela modernização das estruturas do Estado. Através da abertura do mercado interno para as importações, que até então as importações eram feitas pelo sistema de quotas, e a privatização de empresas públicas, com o intuito de diminuir os gastos do governo e liquidar parte da dívida externa. O intuito do governo ao abrir o mercado interno brasileiro era modernizar o país, com a transferência de tecnologias e de recursos elevando a competitividade do sistema produtivo nacional (CERVO, 1997). Todavia, o que houve de fato neste período foi o descontrole da chegada de novas tecnologias e das

remessas dos lucros para o exterior, fazendo aumentar o déficit da balança comercial brasileira, conforme descreve Cervo (2002):

Além de transferir renda para o exterior através da remessa de enormes lucros realizados internamente, as novas empresas que operavam os serviços no Brasil em consequência de privatizações com alienação importavam equipamentos e componentes de suas matrizes; introduziram, pois, dupla variável de desequilíbrio das contas externas.

Ao longo da década de 90 o governo utilizou todos os recursos advindos das exportações brasileiras para o pagamento de juros e amortizações da dívida externa, procurou diminuir a taxa de juros a fim de atrair constantes fluxos de capital, provocando uma inflexão da política de comércio exterior, que passou a prover recursos para os compromissos da dívida, ao invés de estabilizar os preços. O autor ainda pontua que a abertura comercial deveria estar ligada a internacionalização da economia, para promover o equilíbrio do país, a exemplo de Portugal, Espanha e México, todavia os investidores e empresários brasileiros não contaram com este incentivo por parte do governo.

E ainda, de acordo com Arraes (2010), nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) houve uma continuação do processo de abertura comercial e das privatizações, com destaque para as negociações iniciadas pelos Estados Unidos visando a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), similar ao tratado já existente entre Estados Unidos, Canadá e México – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Houve negociações entre as 34 nações americanas para a liberalização do comércio de mercadorias e a introdução de uma legislação comum voltada para questões relacionadas a serviços, propriedade intelectual, investimentos, subsídios, salvaguardas, etc. Todavia, durante as negociações não houve a discussão de uma união monetária entre os países ou mesmo a criação de uma banco central comum. As questões trabalhistas e ambientais também não foram mencionadas nas negociações. Entretanto após o dramático ataque ao edifício americano World Trade Center, o foco dos Estados Unidos passou a ser outro e as discussões da Área de Livre Comércio ficaram prejudicadas. Durante os dois mandatos do Presidente Cardoso, o Brasil passou a investir mais no agronegócio aumentando a sua produção de suco de laranja, café, carne, açúcar, soja

etc., bem como no setor de indústrias tradicionais que utilizavam uma mão-de-obra incipiente e sem condições reais para competição com outros países.

Enquanto isso, a Argentina de Menem procurava apoio em bases sólidas, encontrando o Brasil como um principal parceiro econômico e buscando a integração dos países na América Latina através do MERCOSUL, já em relação aos Estados Unidos Menem constituiu um eixo baseado na submissão estratégica a Washington, tendo como fim a nova inserção da Argentina no sistema mundial. Todavia, a relação bilateral com o Brasil ficou comprometida por conta da instabilidade argentina e pela inflexibilidade brasileira. Assim que Fernando de la Rúa foi eleito em 1999, a política de aproximação aos Estados Unidos e a manutenção da relação com o Brasil como parceiro econômico se manteve até a crise argentina em dezembro de 2001, que já era esperada nos centros financeiros mundiais há muito tempo. Após o início da crise econômica, onde houve a mudança de cinco presidentes em doze dias, os argentinos elegeram em 2002 Eduardo Alberto Duhalde, que seguindo o conselho norte-americano do Presidente Jorge W. Bush, assinou um acordo com o FMI para a recuperação com o fim de “reintegrar a Argentina no mundo e começar a organizar a economia do país”, fazendo com que a Argentina se voltasse totalmente aos interesses e se submetesse às decisões daquele país, se afastando assim dos grupos e decisões dos países latinos (RUSSELL e TOKATLIAN, 2004).

INÍCIO DAS CONVERSACIONES PARA CRIAÇÃO DE UM ESTADO LOGÍSTICO NA AMÉRICA LATINA

Com o fim da Guerra Fria prevaleceu-se o ideal político vendido pelos países capitalistas, a saber, Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. Assim, nasce no centro capitalista o neoliberalismo, ou ainda a globalização, que de acordo com Cervo (2000):

O consenso neoliberal global postulava a implementação dos seguintes parâmetros de conduta por parte dos governos de todo o mundo: democracia, direitos humanos, liberalismo econômico, cláusula social, proteção ambiental e responsabilidade estratégica solidária tendo em vista a promoção de tais valores.

E assim, durante a década de 90, o Presidente Menem, na Argentina, apresentou adaptações rápidas e radicais, já no Brasil, primeiramente de Collor e depois de Cardoso, fora um exemplo de hesitações políticas e tropeços operacionais, pois manteve uma postura mista, entre o desenvolvimentismo praticado até a década de 80 e o neoliberalismo, segundo o mesmo autor. Este modelo fora aplicado em toda a América Latina uniformemente, porém a aplicação do conceito e a sua condução oscilaram de acordo com o interesse político e a pressão exercida pelas impensas dos países, que apoiavam ou condenavam a nova maneira de governança do Estado, denominado ainda de Estado Normal.

Surgindo assim, na virada do milênio, a necessidade de alterar os paradigmas e rever a postura dos dirigentes latino-americanos, o que foi possível devido a troca de poderes e a eleição de partidos da oposição, em relação aos governantes da década de noventa com a ascensão ao poder do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva a frente do governo brasileiro e Néstor Kirchner na Argentina. A passagem do nacional desenvolvimentismo deixou marcas negativas na população devido ao endividamento externo agravado pela crise monetária, surtos de hiperinflação e proteção extremada das empresas nacionais. Assim também o neoliberalismo não logrou os êxitos esperados por seus idealizadores, apesar de ter corroborado com a nova política que se construiria mais a frente, todavia a maneira com que o processo fora conduzido especificamente no Brasil não proporcionou os ganhos almejados ao longo prazo, e gerou o descontentamento em relação à venda das empresas estatais para empresas estrangeiras que detinham pouco conhecimento para atuar no mercado brasileiro. Segundo Cervo (2000) a estabilidade monetária e o aumento de produtividade do sistema empresarial seriam os ganhos deste regime, em detrimento dos custos de manutenção observados, como a desconstrução do núcleo central da economia, endividamento interno e externo, alienação do patrimônio nacional e a transferência de renda para outros países.

A resposta e ação necessária neste momento seria a criação de um Estado que compreendesse as reais necessidades da população, do comércio, da região geográfica e de como realizar a inserção do bloco no mercado mundial. Aceitar

novamente as intervenções e criações cepalinas de conceitos para a mudança da governabilidade do país não se apresentaria viável no atual cenário brasileiro, conforme destaca Saraiva (2007), seria necessário criar um conceito baseado na própria experiência brasileira, bem como na dos demais países latinos. O conceito de um Estado que pudesse abarcar e corresponder a essas expectativas começa a ser delineado na década de noventa com o neoliberalismo, porém de maneira incipiente e pouco sustentável, pois o que ocorreu foi a venda de boa parte das empresas estatais e do patrimônio público e não houve qualquer acompanhamento ou exigência de resultados da produção. Caberia ao Estado exercer um papel de liderança e ingerência naquele mercado com o fim de reverter as decisões tomadas em melhorias para a população. Não somente o acompanhamento, mas também exigir da empresa os investimentos necessários, advindos de seus lucros, e revertê-los à população, uma vez que os recursos e os meios de obtenção do lucro estão concentrados no país. O correto empreendimento do dinheiro deveria ser aplicado nas melhorias que caberiam ao Estado realizar, visto que as estatais foram privatizadas caberia não somente ao Estado agir diretamente, mas também aos investidores que adquiriram as empresas brasileiras, a aplicação de seus recursos e tecnologias nas necessidades e carências dos setores de sua atuação.

Sobremaneira além de adquirir as empresas brasileiras os novos investidores iriam agir como agentes transformadores do Estado, auxiliando a atração de investimentos para o país, a fim de proporcionar ao Estado as melhorias necessárias, não somente a este, mas à população como um todo, influenciando ainda positivamente a sua imagem, na questão de responsabilidade social, como no escoamento da sua produção expandindo sua participação para diversos mercados, internos e externos. Influenciando assim a parceria dos demais países vizinhos, fronteiriços ou não fronteiriços em relação ao Brasil, promovendo a integração física de suas economias, através da criação e/ou expansão de portos, aeroportos, estradas, pontes, linhas férreas etc. Conseqüentemente o benefício seria perceptível à todos e o neoliberalismo poderia ser apresentado como solução para os países latinos, todavia o que ocorreu foi o não acompanhamento das empresas e dos investimentos realizados, fazendo com que houvesse um crescimento massivo das importações de

novas tecnologias estrangeiras e a remessa dos lucros para o exterior, causando déficits na balança comercial brasileira e gerando os diversos problemas relatados nos parágrafos anteriores.

Caberia assim, o surgimento de um Estado Logístico que, de acordo com Saraiva (2007), pode ser formado quando Estado e sociedade comandam unidos à inserção internacional do país, superando as assimetrias entre as nações com o fim de levar a nação ao patamar das nações avançadas, sendo necessário mover a fase desenvolvimentista da década de oitenta a um novo modelo da internacionalização da economia. Tendo como definidores do paradigma do conceito os meios de poder, vantagens comparativas, entre outros fatores destacados anteriormente. De acordo com Cervo (2000):

O caminho do Estado logístico levou o país a controlar o processo de privatização para evitar o risco de consumir a destruição do patrimônio nacional a cargo do Estado normal, como levou-o à criação de algumas grandes empresas de matriz brasileira em setores em que a competitividade sistêmica era possível, como a mineração, a siderurgia, a indústria aeronáutica e espacial. Para tanto, a abertura haveria de ser dosada pela capacidade de adaptação do empresariado local.

O investimento em infraestrutura deve estar ligado a programas de estabilizações, como foi o Plano Real em 1994, porém o seu retorno não é, e nem deve ser, imediato ou automático. Há a necessidade, para a continuidade do programa, de estimular o investimento em poupança doméstica e externa. Para tanto cabe ao governo buscar e criar os incentivos corretos, um exemplo é o incentivo fiscal, todavia criará impactos negativos pela perda de receita no orçamento e a necessidade de melhoria dos projetos de alocação dos recursos. Outra maneira de incentivo seria justamente o investimento em infraestrutura para se chegar ao crescimento econômico. Que segundo Rigolon (1998):

Por um lado, o investimento em infra-estrutura promove o crescimento econômico porque aumenta o retorno dos insumos privados – capital e trabalho – e incentiva o investimento e o emprego. Dados os níveis de capital e trabalho, o aumento da oferta e da qualidade de energia, transportes, telecomunicações e saneamento básico eleva o produto final, implica maior produtividade dos fatores privados e reduz o custo por unidade de insumo. A maior produtividade, por sua vez, aumenta a remuneração dos fatores, o que estimula o investimento e o emprego.

Por outro lado, as externalidades positivas associadas com a oferta dos serviços de infra-estrutura implicam um retorno social superior ao retorno privado. Conseqüentemente, os provedores privados dos serviços de infra-estrutura não apropriam integralmente dos benefícios econômicos e a sua participação no investimento tende a ser inferior à desejada pela sociedade. Neste sentido, a provisão de incentivos inadequados – particularmente a oferta de crédito com condições favoráveis – pode atenuar as ineficiências geradas por essa falha de mercado e aumentar o bem-estar social.

Ao longo dos oitenta observou-se no Brasil a redução desses investimentos o que afetou negativamente o seu crescimento. Somente em meados da próxima década é que se pode observar o retorno dos investimentos, como a desconstrução de monopólios nos setores de telecomunicações, energia elétrica e gás natural e através da privatização desses setores, até então explorados única e exclusivamente por empresas estatais. Desta maneira, se buscou melhorar a eficiência dos serviços prestados à sociedade, bem como o incentivo do investimento de capital privado em infraestrutura, a fim de eliminar os gargalos acumulados em outras décadas e prover fontes de financiamento adequadas (RIGOLON, 1998).

O Brasil, com o intuito de alavancar esses preceitos, lançou em 2007 o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Através deste programa foi possível observar um aquecimento mais controlado na economia, maior oferta de crédito, além de melhorias na imagem brasileira no exterior, principalmente, devido ao fato de o país não ter sofrido com crise econômica que assolou o mercado financeiro em 2008, que teve a sua gênese no maior mercado mundial, Estados Unidos. Desta maneira, o governo investiu mais de R\$ 400 bi desde o início do programa até o ano de 2010, segundo dados do sitio Portal Brasil.

INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS

Quando se fala em internacionalização se faz necessário rever o histórico de internacionalização mundial, onde países possuem expertise há mais um século, as empresas brasileiras passaram por períodos de turbulência desde os anos sessenta, contando com incentivos e proteção do Estado. O que as tornou, de certa maneira, fracas para a competição com o mercado global. As empresas brasileiras neste

período se voltaram apenas para o mercado interno, e para investir no mercado internacional somente as grandes empresas ou empresas estatais fortes poderiam almejar. Esta falta de interesse em investir no mercado global fez com que as empresas brasileiras, no atual cenário, fossem denominadas de entrantes tardios – *late movers* – expressão utilizada para caracterizar este novo fenômeno (FLEURY, 2006).

Segundo os estudos e pesquisas realizadas na Universidade de Uppsala, que estuda este movimento de saída de empresas nacionais para mercados internacionais, o primeiro indício de internacionalização em uma empresa é marcado pela exportação – “definida como a saída da mercadoria do território aduaneiro” (PORTAL BRASILEIRO DE COMÉRCIO EXTERIOR) – ou ainda pelo investimento externo direto (IED) – “as participações, no capital social de empresas no País, pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, integralizadas ou adquiridas na forma da legislação em vigor, bem como o capital destacado de empresas estrangeiras autorizadas a operar no País” (BANCO CENTRAL DO BRASIL). Havendo a saturação do mercado interno, provocando assim o impedimento de ampliação da empresa, a busca por outros mercados para expansão pode se tornar uma saída viável. Na busca por novos mercados, a decisão menos incerta, é ampliar a empresa em locais similares em relação ao local onde a empresa já trabalha. Assim, pode-se dizer que “o processo de internacionalização não é visto como uma sequência de passos planejados e deliberados”, mas sim um processo natural de crescimento almejado por uma empresa com o fim de expansão de seus negócios e de “se beneficiar da aprendizagem sucessiva por meio de etapas de comprometimento crescente com os mercados estrangeiros” (HILAL e HEMAIS, 2003, p. 111).

Segundo Carlson (1975), apud Hilal e Hemais (2003, p. 112), o processo de internacionalização, mesmo em mercados vizinhos ou em condições semelhantes ao mercado de origem da empresa haverá níveis de incerteza, portanto a cautela é elemento essencial para qualquer negócio. As incertezas que surgem durante o processo possui diversas gênesis, como “a falta de conhecimento das condições de negócios locais, clientes, procedimentos burocráticos, flutuações das taxas de

câmbio, barreiras tarifárias e não-tarifárias e, ainda, de como obter informação”. Outros pontos de incerteza destacados pelos pesquisadores de Uppsala estão relacionados com a “distância psíquica: quanto maior a diferença entre o país de origem e o país estrangeiro em termos de desenvolvimento, nível e conteúdo educacional, idioma, cultura, sistema político, entre outros, maior o nível de incerteza”.

Sendo assim, a matriz da empresa, independente do local onde se encontre, sempre irá conviver com níveis de incerteza gerados por diversos fatores, que poderão impulsioná-la para a busca de novas soluções e expansões de seus negócios ou mesmo ter efeito reverso, fazendo com que as empresas parem de investir em novos mercados e atuem apenas em seu país de origem. É necessário ainda perceber que o efeito da entrada de empresas estrangeiras nos países podem ser benéficas, trazendo novas tecnologias, produtos e serviços e ainda novas metodologias de fabricação, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, fornecendo-lhes maior instrução e maiores salários, como também pode gerar a certa crise no mercado interno. No caso do Brasil na década de noventa, que possuía empresas que recebiam subsídios do governo, mas que não realizavam investimentos nem nos funcionários e muito menos nos produtos. Devido a esta característica do mercado interno brasileiro, muitas empresas nacionais acabaram fechando as portas, pois não adquiriram ao longo do tempo o conhecimento necessário para competir com as empresas internacionais que chegavam dominando o mercado com novos e melhores produtos. O grande desafio do governo no período era, sem dúvida, melhorar a competitividade das empresas brasileiras, todavia o efeito fora reverso, apesar de ser previsível.

A escola nórdica também defende que a internacionalização da empresa não se baseia somente com o fim de transferir a sua linha de produção para outro país, mas, além disso, cria oportunidades de exploração de relacionamentos potenciais além-fronteiras através da criação e manutenção de *networks*, ou ainda rede de relacionamento, nos países onde se estabelece (ANDERSSON e JOHANSON, 1997 apud HILAL e HEMAIS, 2003).

Através do modelo de internacionalização desenvolvido pela Escola de Uppsala é possível comparar o Brasil e a Argentina como países próximos geograficamente e com características políticas e sociais semelhantes. Tendo em vista o fato de ambos almejarem maiores passos na política mundial e a aproximação com a maior potência regional, Estados Unidos. Desta maneira, é possível observar a quantidade de empresas brasileiras atuantes naquele mercado, segundo o embaixador argentino Luis Kreckler os investimentos realizados na Argentina advêm, em sua maioria, de empresas brasileiras com filiais ou apenas investidoras no mercado argentino. O embaixador argentino destaca “a importância do Brasil como país investidor na Argentina é um fenômeno de crescente relevância, desde 2002 registra-se uma tendência ascendente dos investimentos brasileiros na Argentina” (SERODIO, 2011). Isto se deve ao fato das mudanças implementadas no governo brasileiro ocorridas no início deste milênio e também das transformações passadas na Argentina, principalmente após a sua crise em 2001. Há que se reconhecer também a mudança no perfil dos empresários brasileiros, que outrora haviam se acostumado com o mercado interno e atualmente concorrem com multinacionais no país e buscam a expansão de seus negócios em outros países parceiros do Brasil, com produtos de excelência e reconhecidos mundialmente.

De acordo a reportagem Guimarães e Silva (2007), as empresas brasileiras já dominam há algum tempo alguns setores-chave argentinos, como na área de energia, cimento, aço para construção, produtos têxteis, carnes e bebidas. Empresas brasileiras têm investido em fusões e aquisições de empresas argentinas. Parte dos consumidores argentinos preferem produtos de melhor qualidade e com bons preços, para tanto a propriedade da empresa, se Argentina ou estrangeira, não possui relevância. Já o governo argentino não vê com bons olhos esta “invasão” brasileira em seu mercado, haja vista as inúmeras barreiras criadas pelo governo aos produtos brasileiros que chegam ao país. Ainda segundo as autoras, o fluxo contrário não é muito comum, sendo que a Argentina possui presença forte no Brasil com apenas uma empresa, um dos motivos apresentados pelas autoras para este cenário é a vantagem cambial Argentina – desvalorizada em relação ao dólar americano – e carga tributária inferior à brasileira.

De acordo com Marin (2007) as possíveis causas de conflito e desconfiança do governo argentino, se deram pela adoção do governo Kirchner em adotar medida de salvaguardas para proteger a sua indústria e a omissão do Brasil em relação aos pedidos argentinos de apoio à renegociação de sua dívida com credores privados e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Carmo (2011) entre 2005 a 2011 a soma de investimentos na Argentina, oriundos do Brasil, é de quase US\$ 8 bilhões, a autora ainda ratifica os pontos destacados acima como indicadores dos investimentos. A autora utiliza as palavras do ex-diretor da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), Bernardo Kosacoff, dizendo “a Argentina é um “destino natural” das empresas brasileiras que podem então exportar para outros mercados e adquirir ‘know-how’ de companhia internacional”.

CONCLUSÃO

A política brasileira e argentina, desde o início da independência dos países, sofreram diversas intervenções e se submeteram às regras dos países ricos, até mesmo ao que tange a sua economia. As oscilações no poder e a falta de maturidade política levou ambos países, em alguns períodos de sua história, perder o horizonte e rever constantemente o foco do interesse nacional. As várias mudanças ocorridas no mundo, como guerras, crises no mercado de valores, mudanças de poder, inflações abusivas, criação de organismos internacionais, dívida externa entre outros fatores, acabaram por retardar o processo de modernização dos países pobres. Ainda mais, através da adoção de modelos prontos para estes países, criados e adotados nos países ricos em outros contextos históricos, corroboraram ainda mais para a criação do atual cenário político-econômico nesses dois países.

Após décadas de tentativas frustradas de implementação de modelos impostos por países ricos, somente na virada do século é que os países latinos iniciam a busca de um modelo que seja elaborado através das suas experiências obtidas ao longo de sua existência. Desta maneira, surgiram alguns modelos e conceitos, como o Estado

Logístico. Onde o Estado não irá somente conceder concessões para a exploração de determinado setor às empresas, tanto nacionais como internacionais, mas irá cobrar mais investimentos privados para a manutenção, conservação e criação de projetos que beneficiem tanto as empresas quanto à população, como na construção de estradas, ferrovias, portos, aeroportos, pontes etc. Assim seria possível elaborar, não somente dentro de um país, contudo dentro do território latino parcerias dos países para interligar as fronteiras, viabilizando o fluxo de pessoas, bens e serviços, o que possibilitaria a uma verdadeira integração latina.

Contando com as novas perspectivas de investimento dos Estados e a melhora na política dos países latinos, as empresas, após períodos críticos vividos com as crises e abertura da economia ao mercado estrangeiro – políticas neoliberais adotadas na década de noventa –, há o início das investidas brasileiras e argentinas nos mercados de ambos os países através do processo conhecido como internacionalização. Adotando os conceitos criados na década de setenta pela Escola de Uppsala, as empresas brasileiras veem no mercado argentino um mercado similar à economia brasileira e com diversificadas possibilidades de investimentos. Assim, a Argentina se torna atrativa para o investimento de empresas brasileiras – devido principalmente pela conjuntura da sua economia –, fazendo com que o Brasil se transforme em um importante e relevante investidor naquele país.

Em suma, a realidade política e econômica experimentada nos países em destaque desde o início de suas histórias, possibilitou que ambos caminhassem na mesma direção (porém desunidos devido a fatores relacionados à desconfiança, ao desequilíbrio de poder e rivalidades dos países), ao que hoje se pode chamar um bloco econômico, que é o Mercosul. Todavia este bloco está aquém das expectativas dos mercados, uma vez que não há decisões conjuntas, institucionalização do bloco, soma considerável de investimentos em projetos de construção e de melhorias na estrutura de ligação das fronteiras de modo a possibilitar maior fluxo entre os países, entre outros. Através da internacionalização das empresas se torna possível impulsionar esses fatores, além de aquecer a economia dos países e diminuir as rivalidades existentes. Afinal os países ricos veem adotando a internacionalização de

suas empresas e da sua economia há anos, e veem obtendo sucesso e lucros que possibilitam a manutenção do seu poder (chamados “primeiros entrantes” ou *early-movers*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAES, Virgílio Caixeta. Desafios brasileiros na era dos gigantes. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 49, n. 2, Dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292006000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 Mai 2012 às 10h37min. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292006000200014>.

_____. The Brazilian Business World: the difficult adaptation to globalization. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 53, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Mai 2011 às 12h02min.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular n. 002997, de 15 de agosto de 2000. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=100152973>>. Acesso em: 19 Fev 2012 às 18h20min.

CARMO, Marcia. Investimentos diretos brasileiros na Argentina disparam. *BBC Brasil*. Buenos Aires, Ago. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110802_argentina_economia_m_c_is.shtml>. Acesso em: 21 Fev 2012 às 11h05min.

CERVO, Amado Luiz. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 40, n. 2, Dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Fev 2012 às 8h30min.

_____. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 43, n. 2, Dez. 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Mar 2012 às 19h26min.

_____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 45, n. 1, Jun 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Fev 2012 às 11h05min.

_____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 45, n. 1, Junho 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Fev 2012 às 22h09min.

_____. Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI, 2001.

FLEURY, Afonso. Por que a internacionalização das empresas brasileiras é importante?. Edição Nov./Dez. 2006, Informativo “Vanzolini em Foco”. Disponível em: <<http://www.pro.poli.usp.br/ginebra/home-1/por-que-a-internacionalizacao-das-empresas-brasileiras-e-importante>>. Acesso em: 05 Jun 2011 às 11h44min.

GUIMARÃES, Marina e SILVA, Cleide. Argentina é cada vez mais brasileira. O Estado de São Paulo, Economia, p. B6, 18-Mar-2007. Disponível em: <<http://www.sindlab.org/noticia02.asp?noticia=10155>>. Acesso em: 21 Fev 2012.

HILAL, Adriana; HEMAIS, Carlos A.. O processo de internacionalização na ótica da escola nórdica: evidências empíricas em empresas brasileiras. RAC, v. 7, n. 1, Jan/Mar. 2003: 109-124. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_07/dwn/rac-v7-n1-ahh.pdf>. Acesso em: 18 Fev 2012 às 11h42min.

MARIN, Denise Chrispim. Conflitos marcam os anos Kirchner. O Estado de São Paulo, Economia, p. B6, 18-Mar-2007. Disponível em: <<http://www.sindlab.org/noticia02.asp?noticia=10155>>. Acesso em: 21 Fev 2012 às 10h53min.

BRASIL. PORTAL BRASILEIRO DE COMÉRCIO EXTERIOR. Exportação: Visão Geral. Disponível em: <http://www.comexbrasil.gov.br/conteudo/ver/chave/50_exportacao_-_visao_geral/menu/43>. Acesso em: 18 Fev 2012 às 14h15min.

BRASIL. PORTAL BRASIL. PAC Ações Concluídas. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-2/view>>. Acesso em: 24 Mar 2012 às 23h17min.

RIGOLON, Franciso José Zagari. O investimento em infra-estrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, Abr. 1998. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/716/656>>. Acesso em: 24 Mar 2012 às 17h58min.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. A Crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudança nas relações triangulares. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, Jun 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292004000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev 2012 às 15h43min.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 50, n. 2, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Mar 2012 às 01h08min.

SERODIO, Guilherme. Empresas brasileiras aumentam aposta em novos na Argentina. Publicado em: 27 Set 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/981727-empresas-brasileiras-aumentam-aposta-em-novos-na-argentina.shtml>>. Acesso em: 21 Fev 2012 às 14h44min.

WALTZ, Kenneth N. O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 331p. ISBN: 85-336-1950-2.